

O Ciclo do Gado e as Tentativas Governamentais de Controle do Preço da Carne

CHARLES CURT MUELLER

Resumo

O trabalho analisa a inter-relação que se observa entre eventos associados a um determinado estágio do "ciclo do gado" e intervenções governamentais radicais no mercado do gado e da carne bovina no Brasil. Esse tipo de inter-relação vem se verificando pelo menos desde o início da década de 1950. Desde então foram registradas várias tentativas governamentais extremadas, levadas a efeito invariavelmente em fase ascendente de preços de longo prazo, de controle da oferta e do preço da carne bovina, sendo a última a que ajudou a derrubar o Plano Cruzado. O trabalho analisa essas tentativas, constatando que elas falharam em atingir os seus objetivos de curto prazo mas que provavelmente foram responsáveis por forte desestímulo à bovinocultura de corte.

Abstract

The paper analyses a relationship that has been observed between the effects of certain stages of the "beef cattle cycle" and radical governmental interventions in the cattle and beef markets in Brazil. On several occasions since the early 1950s, government has violently attempted – without success – to control beef supplies and prices. These attempts, invariably executed during the increasing phase of the long term price cycle, have produced detrimental long-run consequences without achieving their short-term objectives. The last of these attempts led to the beef crisis which helped to bring the downfall of the Plano Cruzado.

Introdução

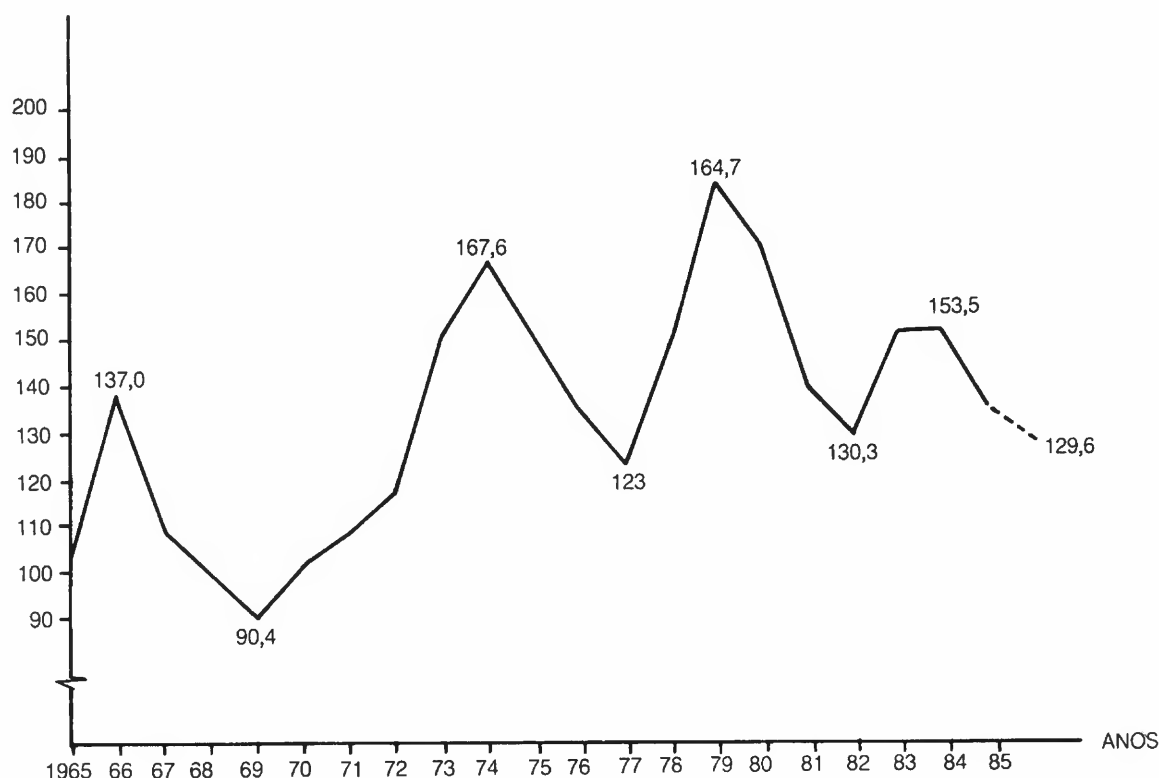
Qualquer pessoa bem informada sabe que a produção de carne bovina no Brasil tem evoluído de maneira insuficiente para atender à demanda a um preço razoavelmente estável; na verdade, a defasagem entre o crescimento da demanda e a produção originou, no mercado interno, uma tendência ascendente no preço da carne, em termos reais, tendência esta que permanece há muito tempo, a despeito das inúmeras tentativas de controle governamental.

O autor pertence ao IBGE e ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

FIGURA 1

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO PREÇO MÉDIO REAL, NO VAREJO, DA CARNE BOVINA DE 1ª, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ÍNDICE DO PREÇO REAL,
NO VAREJO DA CARNE DE
PRIMEIRA
(1969=100)



Fonte: IBGE, para os preços no varejo da carne bovina de 1ª no Município de São Paulo.

Preços deflacionados pelo IGP – Disponibilidade Interna, da FGV.

* O índice de preços verdadeiro de 1986 é provavelmente maior que o registrado pois, no segundo semestre houve intensa cobrança de ágio (mercado negro), então não captada nos preços coletados pelo IBGE.

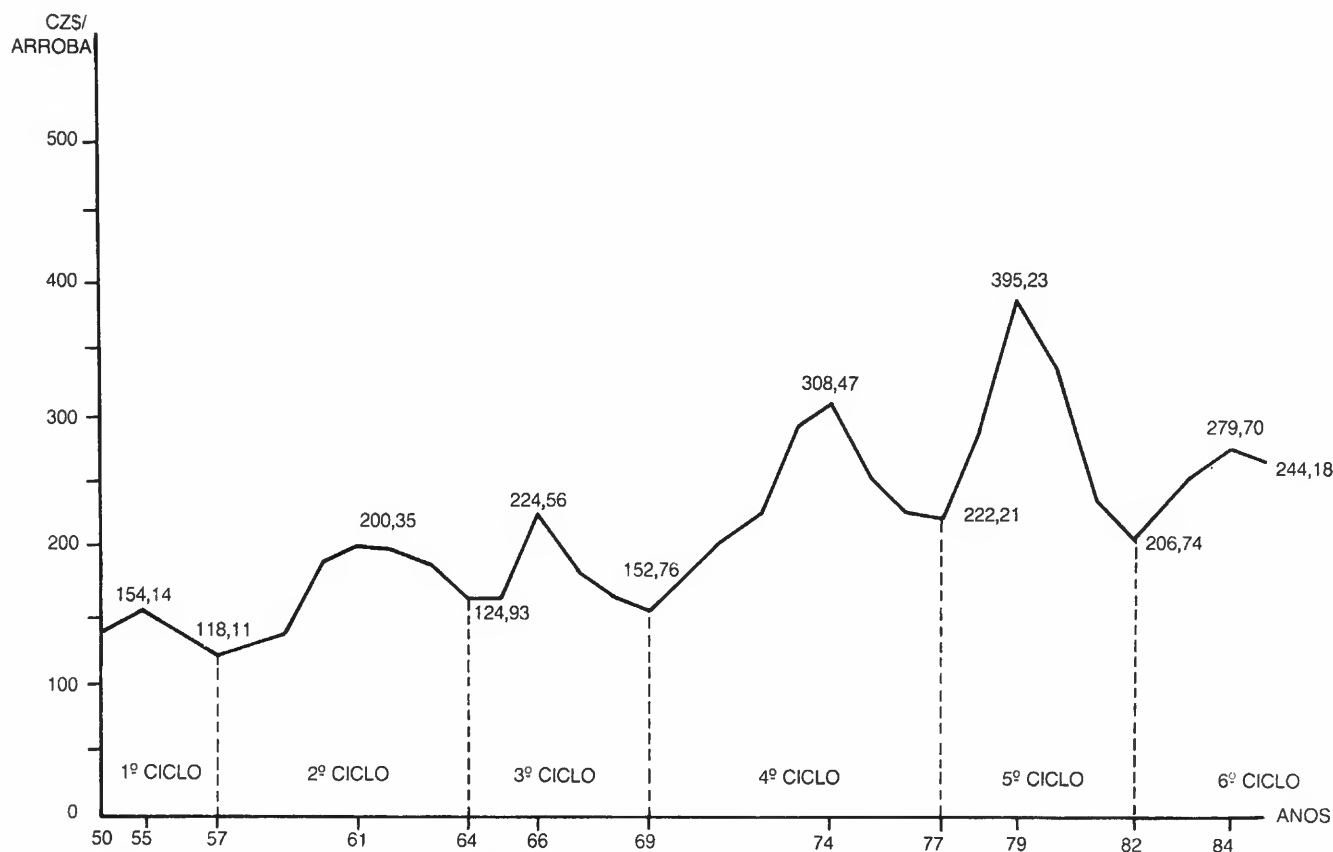
Esse comportamento dos preços da carne bovina pode ser observado na figura 1. Nela está representada a evolução do índice do preço médio real, no varejo, da carne bovina de primeira, no Município de São Paulo, entre 1967 e 1986. Ali se vê que, à exceção do período mais recente, marcado por crise econômica e por perdas do poder aquisitivo do consumidor, o preço real da carne bovina vem oscilando no entorno de linha de tendência nitidamente ascendente.

Chama atenção, também, a marcada oscilação cíclica do preço real da carne bovina; esse preço alcança seus pontos de máximo a níveis cada vez mais elevados (à exceção do último) em 1966 (137), 1974 (167,6), 1979 (164,7) e 1984 (153,5), e seus níveis mínimos – também sucessivamente mais elevados – em 1969 (90,4), 1977 (123,0) e 1982 (130,3).

A única exceção à regra dos máximos cada vez mais elevados (o de 1984), foi consequência da recessão da primeira metade da década de 1980. Esta apanhou o ciclo em fase de aumentos de preço real, fazendo abortar o ímpeto da expansão que se iniciou em 1982 e provocando queda prematura no preço real, a partir de um ponto de máximo bastante inferior ao máximo anterior (de 1979).

FIGURA 2

ESTADO DE SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS REAIS
RECEBIDOS PELOS PRODUTORES-BOI GORDO, 1954/85*



Fonte: IEA (SP), reproduzido de AGROANÁLISIS, nov., 1986, p.3.

Deflacionado pelo IGP - DI, Col. 2 de CONJUNTURA ECONÔMICA, para dez. 1985.

A tendência de aumento real dos preços da carne das últimas décadas não se restringiu apenas ao varejo. Ela também se observa junto ao produtor (1). Como se pode ver na figura 2, o preço real recebido pelos produtores no Estado de São Paulo experimenta amplas flutuações, ao longo de uma linha de tendência fortemente ascendente.

É nítido, também, o padrão cíclico de variação do preço do gado de corte. A série de preços recebidos, mais longa, nos permite detectar pelo menos seis ciclos desde 1950; é de se notar que, à exceção do último, cada um desses ciclos teve uma amplitude de variação maior que a do ciclo que o precedeu.

A tendência ascendente dos preços reais resulta da resposta inadequada dos pecuaristas às pressões da demanda. Uma das explicações dadas para essa falta de resposta se relaciona às flutuações cíclicas nos preços do gado junto ao produtor, conjugadas a uma ação governamental intempestiva, imediatista e inconsistente.

(1) A disponibilidade de uma série mais longa de preços para o produtor nos permite constatar que a tendência ascendente do preço real recebido remonta, pelo menos, ao início da década de 1950.

De acordo com esta explicação⁽²⁾, as freqüentes intervenções do governo no mercado de carne e do gado, aumentando os riscos e gerando incertezas, reduzem os incentivos e desestimulam os produtores a investir e a adotar métodos mais produtivos. Além do mais, elas fazem com que o rebanho e a produção de gado de corte deixem de crescer a taxas máximas permitidas, mesmo pelos índices de produtividade correntes (taxa de desfrute, taxas de natalidade e de mortalidade médias).

O principal objetivo deste trabalho é examinar a interação existente entre a evolução recente do “ciclo do gado” e as intervenções do governo no mercado do gado e da carne.

1. O “Ciclo do Gado” e as Intervenções do Governo

O “Ciclo do Gado”

Flutuações cíclicas no preço do gado, semelhantes às da figura 2, foram observadas em diversos países. Elas são causadas pelo fenômeno conhecido como o “ciclo do gado”, que tem sua origem na resposta defasada da produção de bovinos às mudanças nas condições de mercado. Começando de uma situação de equilíbrio da oferta e da demanda, suponhamos que os preços do gado e da carne sofram um aumento, determinado por fatores exógenos (um aumento da demanda externa, por exemplo). Se a expectativa dos fazendeiros for de que os preços mais elevados se manterão no futuro, sua resposta será no sentido de aumentar a capacidade produtiva de suas fazendas, a fim de possibilitar uma expansão na oferta de animais. Eles fazem isto principalmente por intermédio de redução no descarte de matrizes, de aumentos na retenção de novilhas e – no caso das fazendas onde a produção de leite é importante – de bezerros. Conseqüentemente, após o aumento de preço do gado, a oferta de animais para o abate tende a se reduzir, ao invés de aumentar, impulsionando o preço ainda mais para cima e ampliando os incentivos para a expansão da capacidade produtiva das fazendas.

Com o tempo, porém, o rebanho aumentado passará a originar um fluxo mais elevado de gado gordo. A defasagem imposta pela natureza da produção de gado, entre as decisões de expandir a produção e o aumento efetivo da oferta, faz com que este fluxo de produção mais elevado leve de 3 a 4 anos para se concretizar. No entanto, o aumento de oferta acaba se materializando e se inicia uma reversão no processo. A capacidade produtiva das fazendas, que se expandiu bastante no período de preços ascendentes, finalmente origina uma oferta bem maior que a necessária para estabilizar os preços em níveis elevados, e os preços passam a diminuir.

Quando sentem que a tendência dos preços reais é a de declinar, os fazendei-

(2) Exemplos, embora não articulados, desse ponto de vista podem ser encontrados em SANTIAGO (1970, p. 24-25); e MARTINS (1963, Cap. 10). Em uma ocasião, pelo menos, uma publicação do governo Federal compartilhou desse ponto de vista. Vide Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (1969, p. 158-160).

ros reagem com uma redução de sua capacidade produtiva; aumentam o descarte de matrizes e a venda de novilhos e bezerros. Conseqüentemente, amplia-se, a curto prazo, a oferta de animais para abate, reforçando o movimento descendente dos preços. Com o tempo os rebanhos se estabilizam a níveis mais baixos e o abate se reduz, freando o declínio dos preços. Então a situação está madura para o início de outro ciclo.

Obviamente, impactos exógenos sobre a demanda da carne e de gado podem afetar esse mecanismo, impedindo que o movimento cíclico na produção e nos preços se repita em um mesmo padrão. Flutuações da demanda externa, por exemplo, freqüentemente produzem mudanças desse tipo. O mesmo se dá quando há uma recessão como a que se verificou no Brasil entre 1981 e 1984, ou quando a demanda interna está aquecida (1985 e 1986).

O trabalho pioneiro de Guilherme Leite da Silva Dâs (1968) demonstrou que no Brasil funciona um mecanismo deste tipo⁽³⁾. Em estudo posterior, Lattimore (1974) constata a existência de uma elasticidade negativa da oferta de bovinos para o abate de curto prazo⁽⁴⁾, numa confirmação do funcionamento do ciclo no Brasil: quando o preço de bovinos para o abate declina, o abate tende a aumentar e vice-versa, com todas as conseqüências acima descritas.

Uma palavra de advertência: o ciclo do gado, cujo funcionamento foi esboçado acima, não deve ser confundido com a flutuação intra-ano na oferta e no preço, comum no Brasil, resultante das variações na disponibilidade de alimentos para os animais, produzida pela alternância do período de chuvas com o de seca. Essa alternância resulta em períodos de safra, com oferta mais abundante e preços menores, e de entressafra, com oferta reduzida e preços elevados (ver apêndice A). A flutuação safra-entressafra interfere no ciclo do gado mas não o determina.

O “Ciclo” e a Intervenção do Governo

A interação entre o “ciclo do gado” e as políticas de preços e de controles do governo provoca efeitos de longo prazo que vêm afetando negativamente o desenvolvimento da bovinocultura de corte no Brasil. Em poucas palavras, quando, em virtude de uma expansão da demanda, os preços do gado e da carne começam a aumentar, as autoridades passam a se preocupar com os impactos desses aumentos sobre o custo de vida. E, quando percebem que a quantidade ofertada de gado e carne declina ao invés de subir, reagem, tachando os produtores de gado de corte de “especuladores”, impondo o tabelamento de preços, cortando o crédito e tomando outras medidas, numa tentativa de forçar o setor a ampliar a quantidade ofertada e a reduzir preços. Tudo isso se verifica numa atmosfera de crise, em meio de acusações e ameaças mútuas.

(3) Com métodos econométricos, este estudo caracteriza o “ciclo do gado” no Brasil.

(4) A elasticidade de curto prazo do abate de machos encontrada foi de -0,113, enquanto a de fêmeas foi de -0,575, já a elasticidade de oferta de longo prazo estimada foi positiva e elevada (1,596).

CICLO DO GADO E POLÍTICA DE PREÇOS

Os pecuaristas, individualmente ou por intermédio de associações de classe, passam a pressionar o governo para obter a revogação do tabelamento ou para conseguir aumentos nos níveis estabelecidos. Essas tentativas geralmente falham e a inflação acaba reduzindo os preços tabelados em termos reais; com isso os produtores vêem-se forçados a se desfazer gradativamente de parte de seus rebanhos, para fazer frente às despesas. Aumenta, assim, o abate de matrizes, ampliando temporariamente a oferta de carne e fornecendo ao governo a impressão de ter obtido uma vitória.

Contudo, quando os rebanhos se estabilizam em níveis mais baixos, a oferta de carne declina, a situação de escassez é caracterizada e eventualmente o governo, constatando insuficiência de oferta, passa a fornecer incentivos para que seja expandida a produção. O crédito torna-se mais abundante e se permite que o preço real da carne aumente. Inicialmente, os pecuaristas relutam em responder a esses incentivos e as pressões da demanda crescente empurram os preços cada vez mais para cima. Com o tempo, porém, as crises passadas vão sendo esquecidas e os produtores acabam reagindo aos incentivos e estímulos, originando um novo ciclo. Com isso, os preços sobem ainda mais, provocando a insatisfação popular e ameaçando as metas fixadas pelo governo na luta contra a inflação. Em consequência, são novamente impostas medidas restritivas e surge outra vez uma situação de confronto.

No Brasil, as interações entre “ciclo do gado” e as políticas oficiais de controle datam da Segunda Guerra Mundial. Desde então, foram registradas várias tentativas de controlar o preço e a oferta de carne bovina, quase todas na fase ascendente dos preços. Em algumas ocasiões as intervenções nos mercados do gado e da carne chegaram a atingir todas as fases da produção e comercialização, desde a produção de gado gordo até a venda da carne bovina no varejo.

Apresenta-se, a seguir, as linhas gerais da intervenção do governo no mercado do gado e da carne, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Como se verá, a atuação do governo vem repetindo, com poucas variações, um mesmo padrão. Interferindo no “ciclo do gado”, essa atuação vem agravando, ao invés de resolver, os problemas de longo prazo que estão por detrás das sucessivas crises que caracterizam o setor.

2. O Governo e o Ciclo no Brasil

As Intervenções Iniciadas na Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, até 1943, em virtude dos “*compromissos assumidos com os países aliados*” (*Jornal do Comércio*, 7/01/58), verificaram-se abates desordenados para atender ao mercado externo, abates esses que reduziram

drasticamente o rebanho⁽⁵⁾. Como consequência, em 1943 o Governo foi levado a intervir, proibindo as exportações e limitando substancialmente os abates. Simultaneamente, tabelaram-se os preços da carne e de outros produtos agrícolas. A escassez de carne que se verificou como resultado da redução da capacidade de abate fez com que, após o fim da guerra, surgissem pressões altistas sobre os preços da carne; em consequência, o governo manteve o tabelamento, de forma rígida, até 1951. Os anos do imediato pós-guerra se caracterizaram por um florescente mercado negro da carne e por muita corrupção nos órgãos encarregados de impor o tabelamento (*O Estado de São Paulo*, 6/10/57: *Jornal do Comércio*, 2/07/57).

Após 1951, com o rebanho já parcialmente recuperado dos abates excessivos do período da guerra, julgou-se oportuno abandonar o tabelamento da carne e a situação aparentemente se estabilizou, não se verificando maiores confrontos entre o governo e os pecuaristas até 1959.

Os Confrontos do Pós-Guerra

No pós-guerra ocorreram quatro confrontos de envergadura entre o governo e os setores produtores de carne e de gado. Os três primeiros tiveram início com um aumento de demanda provocado pelo setor externo e, o último, com uma expansão do mercado interno. O primeiro foi em 1959, os outros dois em 1965 e 1973 e o último em 1986 (Ver fig. 2 para um exame do movimento de preços nas épocas desses confrontos).

a. O Confronto de 1959

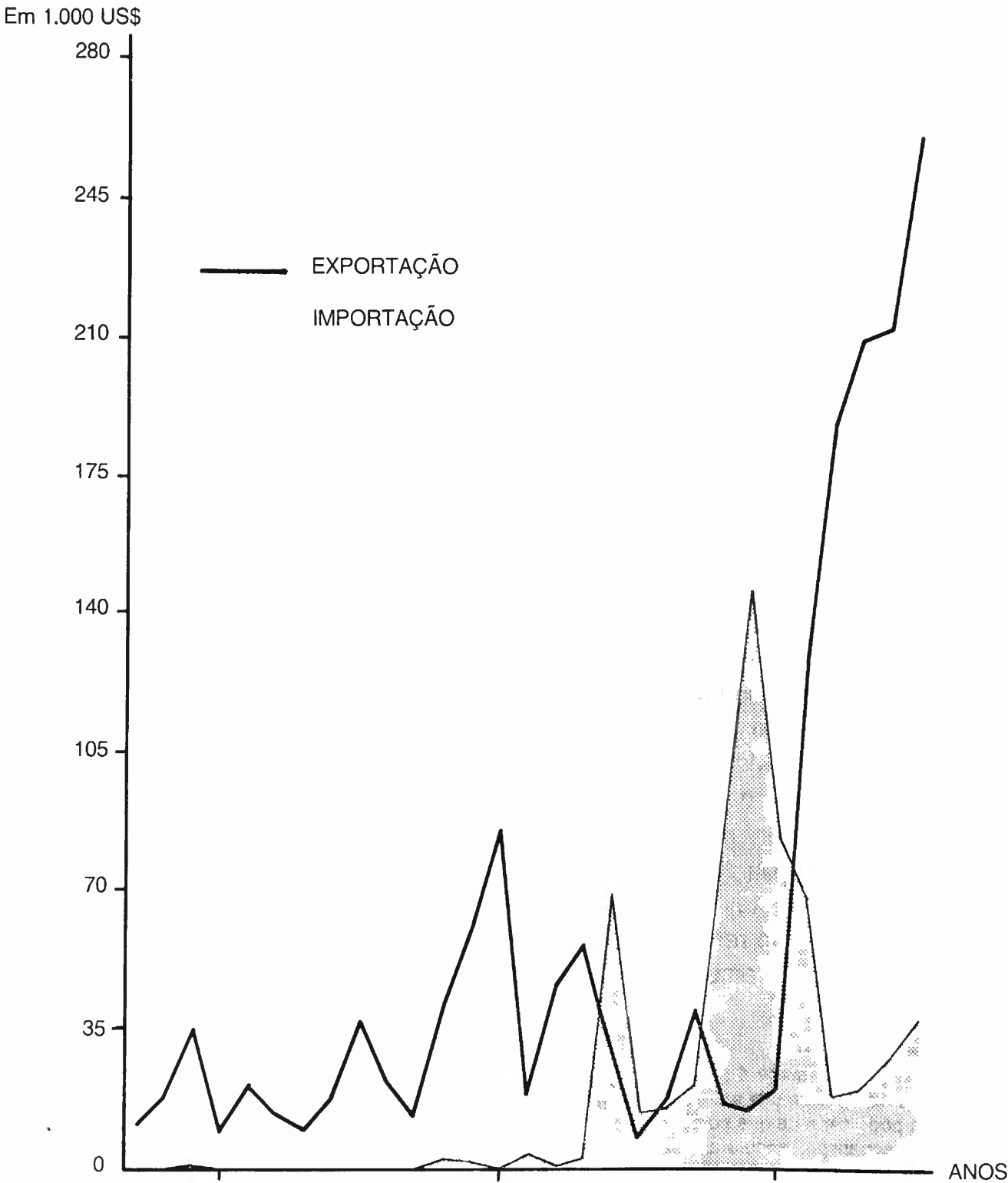
O conflito que culminou em 1959 teve sua origem nos preços ascendentes da carne no mercado externo e na mudança cambial introduzida pela Instrução 157 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que fez com que a carne bovina, antes um produto gravoso⁽⁶⁾, passasse a encontrar mercado no exterior. Como resultado desses eventos, já em 1958 o valor das exportações de carne do Brasil (em dólares) se elevou acentuadamente (ver figura 3). O governo julgou haver amplos excedentes exportáveis de carne e estimulou as exportações (*O Estado de São Paulo*, 13/3/59). Como resultado das condições favoráveis de mercado observou-se, no início de 1959, um ambiente de euforia nos setores produtores do gado e da carne.

(5) A pergunta que surge é por que o período de demanda elevada durante a guerra não teria induzido os pecuaristas a acumular animais, aumentando assim sua capacidade produtiva de longo prazo? Uma resposta pode ser a de que, percebendo serem os anos de guerra período extraordinário e de duração incerta, os pecuaristas procuraram maximizar suas vendas a curto prazo.

(6) Produto gravoso é um produto cujo preço internacional, convertido em cruzeiros à taxa de câmbio em vigor, não cobre o seu custo de produção e, portanto, deixa de ser exportado. Com a Instrução 157 as divisas das exportações de carne passaram a ser vendidas por preços mais altos, tornando vantajosas essas exportações.

FIGURA 3

VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA 1957/85



Fonte: Banco do Brasil – CACEX.

Contudo, a entressafra de 1959 não tardou a fazer sentir o seu efeito. Num ambiente de demanda elevada, os preços passaram a subir; em termos reais, o preço médio do gado da safra desse ano excedeu o da entressafra de 1958. Com a escassez da entressafra de 1959, a tendência ascendente dos preços do gado e da carne se acentuou, provocando reação das autoridades.

Em agosto de 1959, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) tabelou o gado gordo ao preço correspondente ao observado no fim do período da safra daquele ano (*O Estado de São Paulo*, 17/8/59). Com a entressafra, diminuiu a oferta de bovinos para o abate; o preço tabelado foi insuficiente para originar uma oferta adequada de bovinos e de carne. O governo resolveu, então, intervir mais diretamente. Registraram-se o emprego abundante de ameaças, o corte das exportações, o confisco de gado e intervenções em frigoríficos (*O Estado de São Paulo*, 17/8/59 e 15/10/59)⁽⁷⁾.

Apesar de todas as tentativas para resolvê-la, por bem ou pela força, a crise do abastecimento da carne permaneceu. Depois de um intenso período de confrontação, no fim de 1959 a COFAP acabou liberando o preço do gado. Com o início do período da safra de 1960, o abastecimento de carne se normalizou, embora, como indica a figura 2, a preços bem mais elevados, em termos reais, que os vigentes antes da crise. As exportações foram proibidas, mas a limitação da remessa de carne ao exterior (figura 3) não reduziu os preços.

Em 1960, o tabelamento da carne foi mantido apenas no varejo. O preço da carne de primeira foi liberado, mas a COFAP tabelou o preço da carne de segunda. Esse esquema vigorou até o fim do ano, quando o tabelamento foi eliminado em decorrência das dificuldades encontradas para controlar os preços. (*O Estado de São Paulo*, 19/11/60 e 29/11/60).

Entre 1962 e 1964, a fase descendente do ciclo, aliada a uma demanda pouco ativa (esses foram anos de recessão) fizeram com que os preços reais da carne e do gado gordo (ver figura 2) declinassem. Como preços descendentes eram bem vistos (a despeito dos problemas de longo prazo que pudessem ocasionar), o governo deixou os mercados da carne e do gado funcionarem com um nível reduzido de intervenções.

b. O Confronto de 1965

O segundo confronto de maior envergadura entre o governo e o setor produtor de carne e de gado ocorreu em 1965. Nesse ano a demanda de carne no mercado internacional se expandiu novamente e o Brasil aumentou bastante a sua exportação do produto (figura 3). Conseqüentemente, aumentou o preço real do gado e da carne. Já no início de 1965, a Superintendência Nacional do Abastecimento (SU-NAB) havia tabelado o preço da arroba de boi gordo a um preço que pretendia man-

(7) Já em 1959 foi entregue a militares a tarefa de resolver o problema do abastecimento da carne. E estes se revelaram dispostos a usar até da força para tentar resolver o problema.

ter até o fim do ano (*O Estado de São Paulo*, 22/11/66). Como a oferta do gado para abate se reduziu, em virtude do estágio do incremento do rebanho característico de situações de aumento substancial de demanda, os frigoríficos começaram a pagar mais pelo gado gordo do que o permitido pela tabela oficial, contornando a situação mediante evasão fiscal e venda de carne no mercado negro.

Quando foram levadas a efeito tentativas de fazer cumprir os tabelamentos, a carne bovina quase sumiu do mercado. Sentindo-se desafiado, o governo reagiu energicamente. Tabelou o preço da carne no atacado e no varejo, proibiu exportações, efetuou intervenções em frigoríficos e ameaçou levar a efeito o confisco de gado nas fazendas. Até mesmo as forças armadas foram usadas no esquema de controle⁽⁸⁾. Porém, só no início da safra de 1966, com o alívio proporcionado pelo aumento sazonal de oferta e em face da inocuidade dos esquemas adotados, os tabelamentos foram reajustados para níveis mais realistas (*O Estado de São Paulo*, 5/8/66).

A redução da exportação de carne, o aumento do abate de matrizes, ocasionados por mais esta confrontação, e a depressão econômica ainda em curso apressaram a reversão do ciclo, levando os preços do gado e da carne a declinar em termos reais entre 1966 e 1969 (ver figuras 1 e 2).

Em 1969, a situação estava madura para uma nova fase ascendente do ciclo. Reconhecendo, então, terem sido errôneos os esforços do passado para controlar o preço da carne⁽⁹⁾, o governo permitiu que o preço do gado aumentasse em termos reais. Em 1970, em decorrência das condições impostas pelo Banco Mundial para fornecer recursos ao programa do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), os controles de preços foram oficialmente abolidos. Em seu lugar surgiram “acordos de cavalheiros” entre o governo, os frigoríficos e os pecuaristas, com o objetivo de evitar aumentos excessivos no preço da carne⁽¹⁰⁾.

c. A Confrotação de 1973

A situação permaneceu sob controle até que diversos eventos originaram fortes pressões altistas no preço do gado e da carne. Primeiramente, o “ciclo do gado” estava em fase ascendente. Em 1970, a confiança dos pecuaristas já havia sido restaurada e se reiniciou o processo de acúmulo de matrizes. Depois, as empresas dos

8) “O Exemplo vem de 1965”. *O Estado de São Paulo*, 14/12/73, p. 48. Na realidade, algum gado chegou a ser confiscado, embora não se saiba exatamente quanto.

(9) *O Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-70*, publicado em 1969, afirma que as medidas de controle do preço da carne bovina, “freqüentemente adotadas sem uma compreensão exata do problema e não levando em conta seus efeitos de longo prazo, desnecessariamente desestimularam o setor pecuário do país”. (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1970, p.159).

(10) Em 1971, num artigo assinado, Fernando Reis, diretor do Banco Central (cuja ação sobre a pecuária fora consideravelmente ampliada), discutia os efeitos negativos do controle de preços da carne e exaltava o abandono do tabelamento em 1970. (REIS, 1971, p.61).

projetos de incentivos fiscais na Amazônia Legal estavam comprando grande número de matrizes e novilhos, reduzindo mais ainda a oferta de animais descartados e aumentando o preço de vacas reprodutoras. Do lado da demanda, o “milagre econômico” ampliou a demanda interna e as exportações brasileiras de carne aumentaram consideravelmente (figura 3). A partir de 1970, uma escassez de carne no mercado internacional provocou incrementos substanciais no preço da exportação da carne, que foram parcialmente transmitidos aos produtores brasileiros⁽¹¹⁾. O Governo chegou mesmo a fornecer incentivos à expansão das exportações. Em consequência, as exportações brasileiras de carne dos anos de 1972 e 1973 atingiram níveis bastante elevados.

Como não podia deixar de ocorrer, esses eventos se refletiram nos preços internos do gado e da carne, que passaram a aumentar sensivelmente em termos reais. Em 1973, as pressões altistas fizeram com que a entressafra desse ano fosse antecipada, os “acordos de cavalheiros” deixaram de ser cumpridos e os preços da carne e do gado logo ultrapassaram os níveis máximos estabelecidos por esses acordos. Inicialmente foi instituído o tabelamento de preços em todos os níveis da produção da carne; entretanto, o tabelamento não foi obedecido, levando à adoção de medidas mais drásticas. Entre outras coisas, as exportações de carne sofreram tributação e foram contingenciadas, as ameaças de confisco de gado nas fazendas se renovaram, e até as declarações de impostos de renda dos pecuaristas foram usadas como instrumento de pressão⁽¹²⁾.

Contudo, as medidas drásticas adotadas não produziram os resultados desejados. A oferta de carne bovina permaneceu insuficiente, mesmo depois do início da safra de 1974, e a situação só não piorou porque a nova administração federal, cujo mandato teve início naquele ano, alterou o mecanismo de controle. O preço do gado foi liberado e o tabelamento foi mantido apenas para alguns tipos “populares” de carne. Voltou-se ao sistema de “acordos de cavalheiros” e o governo admitiu, novamente, que os controles de preços não são instrumentos eficientes para a estabilização do mercado da carne⁽¹³⁾. Em 1974 diminuiu a intensidade da confrontação entre o governo e o setor pecuário, embora ainda se registrassem atritos (*Jornal do Brasil*, 9/4/74; 5/7/74; e 31/10/74).

Já em meados de 1974 surgiram sinais de declínio de demanda no mercado internacional da carne (*O Estado de São Paulo*, 7/5/74). Logo em seguida, reduziram-

(11) MUNHOZ(1973) mostra como as exportações de carne a preços crescentes permitiram até mesmo que o preço do gado aumentasse mais rapidamente que o preço da carne bovina no mercado interno. Contudo, quando em 1973 se caracterizou a situação de insuficiência da oferta da carne e as exportações foram cortadas, ficou difícil conter o aumento do preço interno da carne.

(12) Fez-se de tudo para normalizar o abastecimento da carne aos grandes centros: adiamento do início da estocagem para a entressafra; diminuição das quotas de exportação; punição de frigoríficos por fraude e sonegação de impostos; demissão de Ministro e de Superintendente da SUNAB; ameaça de uso das forças armadas para o confisco do gado; e até ameaça do emprego da lei de Segurança Nacional. (*Jornal do Brasil*, 19/7/73; *O Estado de São Paulo*, 30/11/73; 14/12/73 e 16/12/73; *Folha de São Paulo*, 29/8/73).

(13) Consultar artigo da revista *Veja* indicado nas referências bibliográficas.

se as possibilidades de exportação do Brasil e a situação se inverteu. Simultaneamente, no início da safra de 1975 a oferta de gado se revelou mais abundante e o preço do gado começou a cair, em termos reais. Em consequência, os pecuaristas reivindicaram a introdução de medidas para a sustentação de preços, tendo sido empregado com este fim esquemas de estocagem de carne para a entressafra (*O Estado de São Paulo*, 6/3/75; 22/5/75; e *Jornal do Brasil*, 7/03/75). No entanto, foi limitado o efeito desse esquema de sustentação. A oferta de carne para o mercado interno se manteve abundante, não só pela ausência da demanda externa como também em virtude da tendência ao aumento do abate de matrizes, determinada pela forte redução do preço real do gado gordo, iniciada em 1974 (figura 2). Permaneceram, portanto, as pressões baixistas sobre o preço da carne (*Jornal do Brasil*, 26/2/76; 8/11/76; *O Estado de São Paulo*, 24/2/77; *Conjuntura Econômica*, vol. 31, fev. 1977).

Esse estado de coisas permitiu que, em 1976 e 1977, as entressafras fossem tranqüilas, e fez com que o preço da carne tivesse um impacto mínimo sobre o custo de vida – ao contrário do ocorrido com outros produtos alimentícios. No entanto, a folga na oferta de carne foi também resultado do substancial aumento do abate de matrizes, de consequências adversas sobre a oferta futura de carne bovina.

d. O Confronto de 1986 (o que derrubou o Cruzado)

d.1 Antecedentes

Em 1977, iniciou-se a escalada de preços de mais um ciclo pecuário. Temia-se, então, não só que subiriam acentuadamente os preços reais do gado e da carne, mas também que, em decorrência do elevado abate de matrizes do período 1976/78⁽¹⁴⁾, ter-se-ia outra longa fase ascendente de preços, semelhante à do ciclo 1969/76 (figura 2).

A capacidade de produção de carne bovina havia sofrido substanciais reduções na fase de declínio do 4º ciclo pecuário a ponto de em 1978 e 1979 o Brasil, que no pós-guerra sempre foi exportador líquido de carne bovina, ter-se tornado importador líquido. Entretanto, como os pecuaristas passaram a adicionar matrizes ao rebanho com a escalada de preços iniciada em 1978, em 1980 a situação da oferta da carne passou a melhorar⁽¹⁵⁾.

Em circunstâncias normais este incremento de oferta serviria apenas para atenuar o crescimento dos preços reais do boi gordo e da carne. Todavia, a fase descendente do ciclo foi antecipada para 1980 (figura 2); iniciou-se, então, um período de acentuado declínio no preço real do boi gordo que o levou, em 1982, a um nível

(14) Ver tabela 1. O abate de matrizes do período 1975/77 foi acentuado pela escassez de crédito no período (*Agronalysis*, 1979, p. 46). Se existe crédito o pecuarista pode ser induzido a evitar abates exagerados de matrizes. Quando o crédito é escasso, a venda de matrizes aos frigoríficos é intensificada para aliviar os problemas de liquidez dos produtores.

(15) Observe-se que a proporção do abate de matrizes do período 1978-80 foi de 27,3%, em média, contra 32,5% no período 1975-77 (ver tabela 1).

TABELA 1

BRASIL: ABATE DE MATRIZES EM ABATE TOTAL DE BOVINOS(%)
1975/1986

Ano	Proporção do Abate de Matrizes (%)
1 9 7 5	25 . 6
1 9 7 6	33 . 4
1 9 7 7	38 , 6
1 9 7 8	31 . 4
1 9 7 9	27 6
1 9 8 0	23 , 7
1 9 8 1	27 , 2
1 9 8 2	34 , 5
1 9 8 3	33 2
1 9 8 4	36 , 0
1 9 8 5	32 5
1 9 8 6 ^(*)	29 4

Nota: (*) Proporção obtida com base no abate efetuado entre janeiro e outubro de 1986.

Fonte dos dados básicos: IBGE, Pesquisa Mensal de Abate de Animais.

quase 50% inferior ao de 1979. Foram os seguintes os principais fatores nessa evolução do "ciclo":

– A maior disponibilidade de bovinos para o abate, a partir de 1981, coincidiu com a fase recessiva que atingiu a economia do país, diminuindo o poder aquisitivo do consumidor e limitando ainda mais o consumo de carne bovina. À recessão somou-se uma política de achatamento dos salários mais altos, que reduziu marcadamente a renda da classe média – a principal consumidora de carne bovina.

– As décadas de preços reais ascendentes da carne bovina contribuíram para o declínio no consumo que se verificou. Com efeito, em 1979 o preço da carne de boi atingiu um nível tal que o consumo *per capita* do produto se retraiu sensivelmente. Um fator importante nessa redução foi o extraordinário avanço, na última década, da produção de aves e que fez com que, ao contrário da carne bovina, o preço da

carne de frango declinasse em termos reais. Em consequência, houve alguma substituição no consumo da carne de boi pela de aves.

A retração no consumo foi tão acentuada que, às vésperas do período da safra de 1980/81, ficou evidente que o contingente de animais prontos para o abate exerceria substancial pressão baixista sobre o preço do boi gordo e da carne. Essa perspectiva, e as reivindicações de pecuaristas e frigoríficos, levaram o governo a tomar medidas para enxugar o “excesso de oferta”. Elas incluíram, de um lado, a ampliação de estocagem de carne para a entressafra⁽¹⁶⁾ e, de outro, o incentivo à expansão da exportação de carne e derivados⁽¹⁷⁾.

Com essas medidas, houve certo alívio para a pecuária de corte, embora o preço do boi gordo se mantivesse reduzido, só passando a aumentar em 1983, com o início de um novo ciclo.

Esse conjunto de eventos ocasionou a virtual estagnação, a partir de meados da década de 1970, da produção brasileira de carne bovina. As estatísticas de abate do IBGE comprovam isso claramente; como se pode ver na tabela 2, entre 1975 e 1985 o abate de bovinos e a produção de carne oscilaram no entorno de linha de tendência quase horizontal.

No período coberto na tabela 2, os anos de maior abate e produção de carne (1977, 1982 e 1983) corresponderam à fase final de ciclos de longo prazo; como se sabe, nessas ocasiões preços muito reduzidos induzem a ampliações no abate de matrizes e na produção de carne. Os anos de menor abate (1975 e 1980-81), por sua vez, foram anos de preços altos, nos quais os pecuaristas são levados a diminuir o descarte de matrizes, restringindo a produção de carne.

d.2 O confronto que abalou o Cruzado

No período 1982-84 a demanda interna por carne se manteve fortemente reprimida, graças à recessão e à política de reajustes salariais de então, e a oferta do produto – engrossada por um elevado descarte de matrizes – mostrou-se mais do que satisfatória, criando amplos excedentes, que foram exportados (ver figura 3). Na primeira metade da década de 1980 quase não ocorreram atritos entre pecuaristas e o governo, a despeito do fato de que, depois de 1981, este se mostrou relutante em atuar na formação de estoques reguladores.

(16) *Agranalysis* (set. 1981 e jan. 1982). Foram alocados 16 bilhões de cruzeiros para o financiamento das exportações e 45 bilhões de cruzeiros para o programa de estocagem. A política de estocagem é recomendada principalmente como medida de controle de curto prazo. A idéia é a de adquirir e estocar parte da produção nos meses de safra (de janeiro a junho) e de canalizar os estoques ao mercado durante a entressafra (que vai de julho a dezembro), à medida que as tendências altistas forem se fazendo sentir. Dessa forma atenua-se a alta de preços na entressafra e freia-se a queda de preços na safra, suavizando as oscilações dentro do ano.

(17) Em 1981, a reserva de carne nos estoques reguladores da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) atingiu o volume recorde de 264 mil toneladas, e as exportações se expandiram acentuadamente. A meta de exportação de 1981 foi fixada em 300 mil toneladas, mas as condições então vigentes no mercado internacional não permitiram que ela fosse atingida.

TABELA 2

BRASIL: ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA
1975/1984

Ano	Cabeças Abatidas (1.000 cabeças)	Produção de Carne (1.000 ton)
1 9 7 5	8.541	1 791
1 9 7 6	10 715	2 175
1 9 7 7	12 274	2.446
1 9 7 8	11.427	2 320
1 9 7 9	10.048	2.114
1 9 8 0	9 573	2.084
1 9 8 1	9.956	2.115
1 9 8 2	11.658	2.396
1 9 8 3	11 547	2 365
1 9 8 4	10 216	2.096
1 9 8 5 ^(*)	10 233	2.136

Nota: () Preliminar.

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Abate de Animais.

Como se pode ver nas figuras 1 e 2, em 1983, os preços reais da carne bovina e do boi gordo iniciaram a fase da elevação cíclica; entretanto, a conjuntura desfavorável do mercado interno fez com que ela fosse amortecida. Em 1984, os incrementos se mostraram reduzidos em ambos os mercados e, em 1985, os preços reais voltaram a declinar.

No período da safra de 1985 (1º semestre) os preços reais da carne e do gado sofreram fortes reduções, mas o contrário ocorreu no 2º semestre (na entressafra)⁽¹⁸⁾.

- (18) Os eventos de 1985 representam mais um exemplo de política mal conduzida para o setor. No período da safra desse ano (1º semestre) os preços da carne bovina, em termos nominais, não mudaram; com a forte inflação do período sofreram, portanto, acentuadas reduções. O governo decidiu não formar estoques para amenizar a escassez da entressafra e assim o preço da carne acabou contribuindo favoravelmente para conter a inflação. O contrário ocorreu no período da entressafra (2º semestre); a escassez de gado para o abate se aliou à ampliação da demanda propiciada pela recuperação da economia para fazer com que os preços da carne aumentassem marcadamente. Como não havia estoques reguladores esses preços não puderam ser contidos e a alta real que ocorreu foi considerável (*Agranalysis*, vol. 10, nº 1, jan. 1986, p. 11 e ff.).

Assim é que, em fins de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado congelou o preço da carne em níveis elevados relativamente aos praticados no final do 1º semestre do ano anterior, mas que já haviam sido corroídos por dois meses de forte inflação e que, ademais, ainda se encontravam comprimidos por anos de crise no mercado interno. Esta estava terminando – a economia crescia e os salários reais vinham se recuperando – mas os mercados do gado e da carne só registrariam as mudanças na próxima entressafra.

No período da safra (1º semestre de 1986) o abastecimento de carne foi normal, mesmo aos preços congelados em fevereiro. O governo e os fornecedores de carne celebraram, então, um “acordo de cavalheiros” que, entretanto, foi cumprido apenas enquanto a oferta sazonal de animais para o abate se manteve favorável. Às vésperas da entressafra a situação mudou; quase não existiam estoques reguladores⁽¹⁹⁾ e a oferta de gado gordo começou a se reduzir. Os preços do gado de reposição (bezerros e novilhos) aumentaram marcadamente e os invernistas passaram a se recusar a fornecer animais para o abate a preços compatíveis com os estabelecidos no congelamento para a carne, fazendo cair por terra o “acordo de cavalheiros”

Caracterizada a desobediência ao congelamento, o governo endureceu sua postura. Quando viu que não teria êxito em conseguir uma adesão ao acordo, atacou com energia, passando a empregar vários instrumentos para tentar dobrar o setor produtor de carne bovina: intensificou a fiscalização de açougues, supermercados e frigoríficos; multou e prendeu; ameaçou os pecuaristas com devassas de imposto de renda; ordenou cortes de crédito; importou carne para venda no mercado interno e anunciou reduções nas exportações brasileiras de carne e derivados⁽²⁰⁾. No auge da crise, inclusive, lançou mão – também sem maiores resultados em termos de abastecimento – do instrumento já empregado em 1973: o confisco do gado nas pastagens.

Como nos outros confrontos, essas medidas e ações conseguiram mais manchetes em jornais do que carne nos açougues. Na verdade, com o aprofundamento da entressafra, e em consequência da retração na oferta de gado e da carne provocada pela própria ação governamental, o suprimento de carne bovina se reduziu acentuadamente e consolidou-se o mercado negro no setor; o gado e a carne apareciam apenas para quem se dispusesse a pagar ágio. A carne importada com grande estardalhaço pelo governo não contribuiu de forma significativa para amenizar a situação e o ano de 1986 terminou com uma ainda elevada escassez de carne e com a generalização da cobrança de ágio. O abastecimento de carne só começou a se normalizar em fevereiro de 1987, com a entrada da entressafra e com a “liberação vigiada” dos preços da carne e do gado.

(19) Em 1986, novamente não se fizeram estoques reguladores adequados de carne. O governo começou a estocar muito tarde e acumulou pouca carne para a entressafra.

(20) Apesar de ter anunciado redução nas exportações brasileiras de carne bovina, segundo informações da CACEX, estas permaneceram em níveis relativamente elevados, pelo menos até novembro de 1986.

Quais as causas básicas deste último confronto? Será que tudo não foi consequência de manobras de especuladores, decididos a sabotar o Plano Cruzado? Esta foi a versão oficial, mas um exame dos fatos mostra que ela não procede. O que ocorreu foi que, na entressafra de 1986, culminaram os efeitos de uma série de fatores, tanto no lado da oferta como no da demanda, que acabaram produzindo fortes pressões altistas nos mercados do gado e da carne bovina. Esses fatores são relacionados a seguir.

Fatores do lado da demanda:

- O crescimento econômico, retomado em 1985 após anos de crise, acentuou-se com o Plano Cruzado. Houve rápida expansão de produção, de renda, do emprego e dos salários, ampliando, em consequência, a demanda de carne bovina – um produto de elasticidade-renda da demanda relativamente elevada.
- Essa expansão econômica foi acompanhada de evento que produziu um forte impacto sobre o mercado de carne: processou-se a recuperação dos salários de executivos, técnicos e profissionais nas faixas salariais mais elevadas, depois de longo período de achatamento crescente provocado pela política de reajustes seguida no período 1982 a 1984. Conseqüentemente, ampliou-se de forma acentuada a renda da classe média e, portanto, a demanda de carne bovina.
- Vimos que, mesmo no auge da entressafra de 1986, as exportações de carne bovina continuaram a fluir, embora com alguma redução em relação às de 1985⁽²¹⁾.
- Por fim, investir em gado bovino tornou-se especialmente atrativo. Um dos efeitos do Plano Cruzado foi a drástica queda na atratividade de investimentos em cadernetas de poupança e outros títulos e papéis. Houve um intenso surto temporário de aplicações na bolsa, mas mesmo este acabou murchando. Assim é que parte dos recursos que antes se dirigiam a ativos financeiros passaram a ser canalizados para aplicações como a compra de bens duráveis de consumo, o dólar no mercado paralelo, o ouro, imóveis e outros ativos reais. Dentre estes, incluiu-se o gado bovino, contribuindo para aumentar o seu preço.

Fatores do lado da oferta de gado e da carne:

- A entressafra de 1986 teve início sem que existissem estoques que possibilitassem atenuar o impacto da redução de oferta de animais para o abate, característica dessa época do ano.
- Um longo período de desestímulos e de mercados pouco atrativos fez com que a capacidade produtiva da pecuária de corte não se ampliasse o suficiente para propiciar aumentos de produção compatíveis com o aumento da população e da

(21) Segundo a CACEX, em novembro de 1986 o Brasil exportou 692 toneladas de carne bovina congelada, fresca ou refrigerada e 2.643 toneladas de carne bovina industrializada. No período de janeiro a novembro de 1986 as exportações de carne congelada, fresca ou refrigerada totalizaram 80.556 toneladas e as de carne bovina industrializada, 105.138 toneladas. As de 1985 somaram 134.355 e 116.955 toneladas, respectivamente.

renda *per capita* em épocas de crescimento econômico⁽²²⁾. Destarte, com o término da recessão e com a recomposição salarial tornaram-se inevitáveis as pressões altistas.

- As importações de carne, inicialmente para atenuar a escassez da entressafra e depois para servir de instrumento na repressão do boicote dos produtores e na redução da incidência da cobrança de ágio, foram tardias e o produto importado foi internalizado apenas lentamente e em quantidades claramente insuficientes.

- O Plano Cruzado congelou os preços da carne a níveis irreais – os vigentes em pleno período de safra. Mesmo sem a interveniência dos outros fatores, pressões altistas inevitavelmente ocorreriam quando se entrasse no período da entressafra. Como, junto com esta culminaram os demais fatores, as conseqüências foram as já descritas, e nem com o uso da força o governo teve como minorar a crise que eclodiu e que acabou contribuindo para o *débâcle* do próprio programa de estabilização de preços.

Um dos maiores erros das autoridades que conceberam e implementaram o Plano Cruzado foi o de tratar os preços agrícolas da mesma forma como os de produtos industriais. Ignoraram o fato de que, na agropecuária, o funcionamento dos mercados tende a ser bastante diferente do da indústria; de que existem padrões de variação estacional da produção a serem considerados; de que, na pecuária de corte a demora, imposta pela natureza, na resposta da produção aos estímulos de mercado provoca oscilações cíclicas de longo prazo, difíceis de serem evitadas, entre muitas outras coisas. Pecaram, especialmente, por não terem procurado conhecer a experiência do passado – notadamente das várias e frustradas tentativas de resolver pela força problemas de mercado e de abastecimento da carne.

Se, durante a concepção do Plano Cruzado, fossem consultados especialistas em mercados agrícolas e em economia da produção pecuária, alguns dos problemas que vieram a surgir – mais especificamente as pressões altistas no mercado da carne – poderiam ter sido previstos e medidas mais eficientes para minorar o seu impacto sobre aquele esquema de combate à inflação teriam certamente sido concebidas.

A lição que se pode tirar do último confronto governo-pecuaristas é que um programa que se apóia no engessamento de preços agrícolas dificilmente dá certo – nem mesmo quando conta com o apoio de forte aparato repressivo. O que se deve esperar é que essa lição não seja esquecida rapidamente, caso contrário em uns poucos anos teremos outro confronto semelhante aos aqui examinados.

(22) Dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 mostram que, no primeiro quinquênio da década de 1980 o rebanho bovino do Brasil cresceu apenas 8,1% (de 118,1 a 127,6 milhões de cabeças); neste período a população aumentou cerca de 12,6%. Apenas para comparar, entre 1975 e 1980 a taxa de crescimento do rebanho (16,2%) tinha sido duas vezes maior que a do último quinquênio censitário.

Apêndice A

Variação Estacional na Oferta e no Preço do Gado e da Carne

Os preços da carne e do gado, em termos reais, apresentam oscilações cíclicas de dois tipos: as oscilações de longo prazo e as de curto prazo, ou estacionais. As oscilações de longo prazo, que configuram o “ciclo do gado”, foram analisadas anteriormente. As de curto prazo, porém, foram tratadas apenas de passagem; dados a sua importância e o fato de que as oscilações estacionais interagem com as de longo prazo, agravando, muitas vezes, os problemas que surgem em certas etapas de sua evolução, julgou-se apropriado examinar em maior detalhe a causa básica dessas oscilações.

As oscilações estacionais dos preços do gado bovino e da carne resultam da flutuação, dentro do ano, na oferta de animais para o abate. Essa flutuação está lastreada em fatores de ordem climática, que afetam o desenvolvimento do gado, impedindo que haja um fluxo regular de bovinos gordos, ao longo do ano. Ocorre que, durante o verão no sul do País, ou na estação das chuvas, em São Paulo, em Minas Gerais e no Centro-Oeste, as pastagens crescem rapidamente e se apresentam viçosas e tenras, fornecendo alimentação abundante aos animais, que se desenvolvem bem, engordam e constituem um fluxo substancial de gado para o abate. Este é, portanto, o período de “safra”

Já no inverno do Sul, e na estação seca das outras áreas, ocorre o contrário: as pastagens deixam de crescer, secam, se tornam pouco palatáveis e os animais se alimentam mal e perdem peso. Com isto, diminui a oferta de bovinos para o abate e os animais que são abatidos pesam menos; reduz-se, portanto, a produção de carne. Este é o período da “entressafra”

Em consequência dessa oscilação estacional da oferta, os preços tendem a flutuar de forma acentuada ao longo do ano, aumentando bastante no período da entressafra (de julho a dezembro) e se reduzindo acentuadamente na época da safra (de janeiro a junho)

O Estatístico Luiz Nery da Costa, do IBGE, levou a efeito um estudo da variação estacional do abate de bovinos (COSTA, 1986), no qual a flutuação cíclica intra-ano na disponibilidade de animais fica nitidamente caracterizada. Apoiado nos dados mensais de abate bovino do IBGE, calculou um índice de Variação Estacional Médio da quantidade abatida de bois e de vacas, bem como um Índice de Irregularidade. Os resultados encontram-se na tabela 1.A, e são apresentados de forma gráfica na figura 1.A.

Como se pode ver, tipicamente num ano, o abate de bois começa a aumentar rapidamente a partir de fevereiro, alcançando o seu auge em maio; passa então a declinar, atingindo seu nível mínimo em setembro-outubro, após o que volta a aumentar. Em média, o abate de bois de maio é 45,7% superior ao de janeiro-fevereiro e 80,3% superior ao de setembro-outubro. Conforme revela o Índice de Irregularidade, ocorrem flutuações, de ano a ano, em torno da média estabelecida pelo Índice de Variação Estacional Médio, mas ele indica a tendência das oscilações intra-ano.

TABELA 1

ÍNDICE DE VARIAÇÃO ESTACIONAL MÉDIO E
ÍNDICE DE IRREGULARIDADE

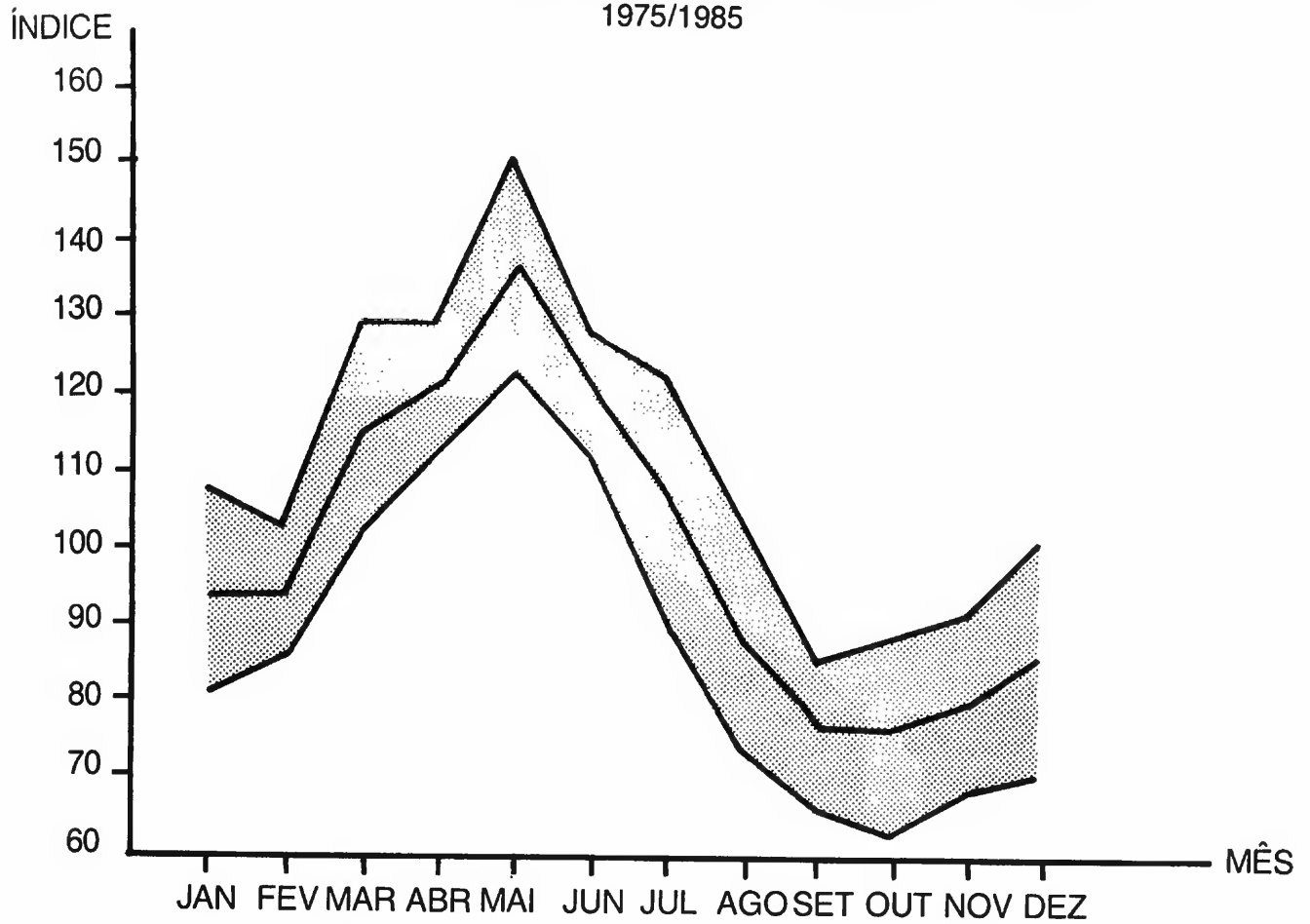
Meses	Bois		Vacas	
	Índice de Variação Estacional	Índice de Irregularidade	Índice de Variação Estacional	Índice de Irregularidade
Janeiro	94	13,3	109	13,3
Fevereiro	94	8,4	108	12,0
Março	116	13,3	120	10,8
Abril	122	7,2	112	9,6
Maio	137	13,3	119	12,0
Junho	120	8,4	107	15,7
Julho	107	15,7	104	10,8
Agosto	89	14,5	90	10,8
Setembro	76	9,6	77	10,8
Outubro	76	12,1	75	4,8
Novembro	80	12,1	79	12,0
Dezembro	87	15,7	96	13,3

O abate das vacas apresenta comportamento um pouco diferente, embora se mantenha acentuada a flutuação cíclica. Entretanto, a elevação do abate no início do ano é menor e o ponto de máximo se situa em março e não em maio (embora o índice de maio seja quase o mesmo que o de março). Depois de maio, porém, há uma forte redução no abate de vacas, que tipicamente atinge seu ponto mínimo no mês de outubro. Em média, entre janeiro e março há um aumento de 10% no abate de vacas; e entre outubro e março (os pontos de mínimo e máximo) a variação é de 60%.

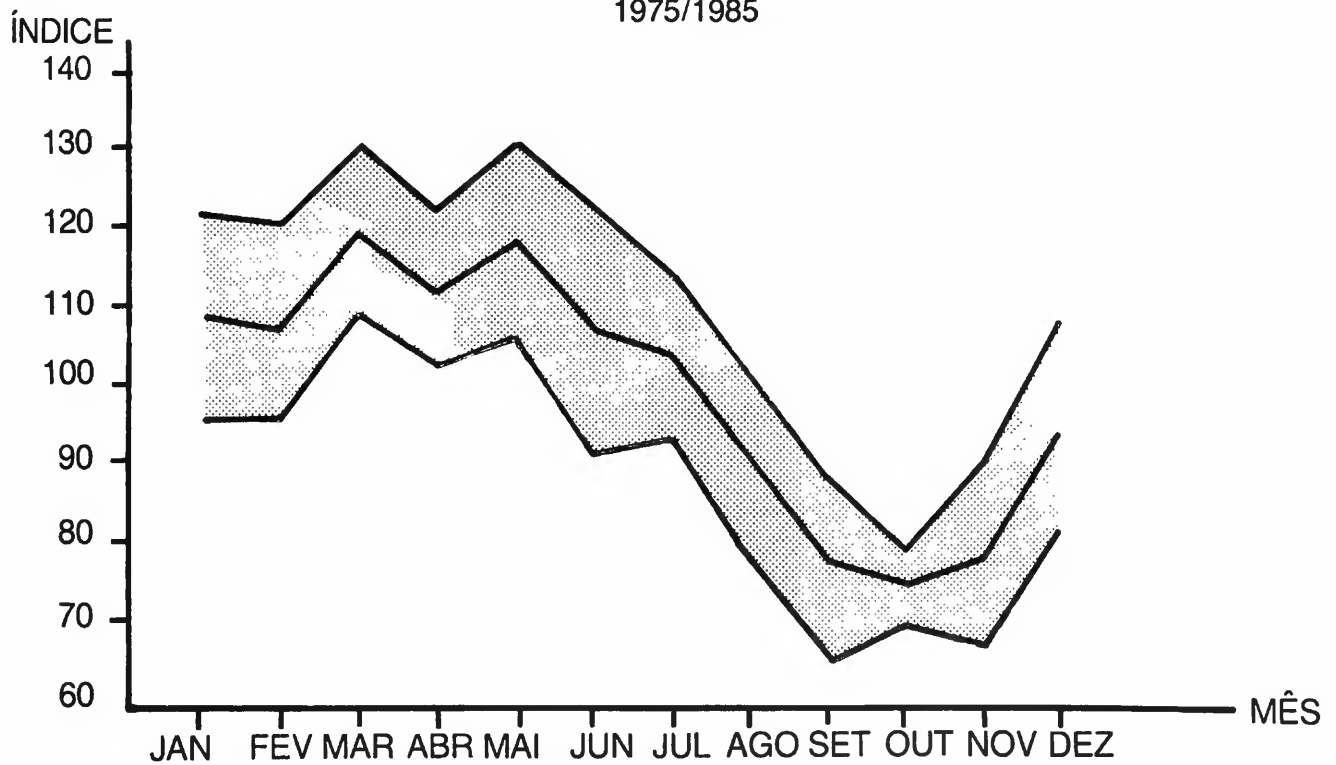
Configura-se, portanto, uma flutuação bastante apreciável, dentro do ano, na produção de carne bovina, flutuação essa que é responsável por sensível variação estacional nos preços do gado e da carne. Essa variação só pode ser atenuada se forem adotadas políticas de formação de estoques reguladores de carne e/ou de incentivo ao emprego, pelos pecuaristas, de métodos para manutenção do peso dos animais na entressafra (confinamento ou semelhantes), que possibilitem uma melhor distribuição do abate ao longo do ano.

FIGURA A.1

ÍNDICES DE VARIAÇÃO ESTACIONAL DO ABATE DE BOIS
1975/1985



ÍNDICES DE VARIAÇÃO ESTACIONAL DO ABATE DE VACAS
1975/1985



Referências Bibliográficas

- AGROANALYSIS, Grupo de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 3 (7-8 set. 1979; 5 (9), set. 1981; 6 (1), jan. 1982; 10, jan. 1986.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, 31, fev. 1977.
- COSTA, Luiz Nery da. *Variação Estacional do Abate Brasileiro de Bois e Vacas – 1975-1985 – Rio de Janeiro*, IBGE, dez. 1986 (mimeo).
- FOLHA DE SÃO PAULO, 29/08/73.
- GRAAF, H. F. *Beef Production and Distribution*. Normam, Oklahoma, University of Oklahoma Press, 1960.
- JORNAL DO BRASIL, 19/07/73; 09/04/74; 05/07/74; 31/10/74; 07/03/75; 26/02/76; 08/11/76.
- JORNAL DO COMÉRCIO, 02/07/57; 07/01/58.
- LATTIMORE, R. *An Econometric Model of the Brazilian Beef Sector*. Tese de Doutorado. Lafayette, Indiana, Universidade de Purdue, 1974.
- MARTINS, E. S. *Carne, Produção e Mercado*. Porto Alegre, Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1963.
- MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970 – Áreas Estratégicas I e II, Agricultura e Abastecimento*. Rio de Janeiro, MPCG, 1969.
- MUELLER, C. *O 'Ciclo do Gado' e as Políticas de Controle nos Mercados do Gado e da Carne – Resenha Histórica e Modelo Teórico*. Brasília, Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 1978 (Textos para Discussão, 50).
- _____. *Factors Affecting The Productivity of Central Brazil's Beef Cattle Industry*. Tese de Doutorado. Nashville, Tenn., Universidade de Vanderbilt, 1975.
- MUNHOZ, D.G. *Exportações Brasileiras de Carne Bovina*. Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 1973.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 06/10/57; 13/03/59; 17/08/59; 15/10/59; 19/11/60; 29/11/60; 05/08/66; 22/11/66; 30/11/73; 14/12/73; 16/12/73; 06/03/74; 07/05/74; 06/03/75; 22/05/75; 24/02/77.
- O NOVO Acordo de Cavalheiros. *Veja*. São Paulo, nº 291, p. 100-101, 03/04/74.
- REIS, Fernando R. É o Primeiro Passo da Pecuária. *O Estado de São Paulo*, 07/03/71.
- SANTIAGO, P. A. *Pecuária de Corte no Brasil Central*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1970.
- SILVA DIAS, G. L. da. *Alguns Aspectos da Pecuária de Corte da Região Centro-Sul*. São Paulo, 1968 (Estudos ANPES, 7).